

PURPURINA NAS URNAS:

Movimento LGBT+, Partidos Políticos e Eleições no Brasil

Leonardo Almeida de Jesus (UFS)⁸⁰

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar as candidaturas LGBT+ entre os anos de 2002-2016, compreendendo sociologicamente a relação entre movimentos sociais e partidos políticos a partir do engajamento desse movimento dentro do universo político partidário-eleitoral. Neste aspecto, o presente trabalho buscará elucidar breves considerações para compreender quais são as condições sociais de entrada e ascensão dessas candidaturas nas arenas deliberativas e institucionais do poder. Para tal, o presente trabalho pautar-se-á em técnicas e métodos quali-quantis para a compreensão dessas dimensões analíticas, utilizando-se tanto de técnicas estatísticas-descritivas quanto de análises teóricas para a explicação deste fenômeno.

Palavras-chave: Movimento LGBT+; partidos políticos; eleições.

Abstract: The objective of this study is to examine the phenomenon of LGBT+ candidacies between 2002 and 2016 from a sociological perspective. In particular, it seeks to elucidate the relationship between social movements and political parties, with a focus on the engagement of the LGBT+ movement within the broader political-party-electoral universe. In this regard, this paper will endeavor to elucidate pertinent considerations in order to comprehend the social conditions that facilitate the entry and ascendance of these candidates within the deliberative and institutional spheres of power. To this end, this paper will employ a combination of qualitative and quantitative techniques and methods to gain insight into these analytical dimensions, utilizing both descriptive and statistical techniques, as well as theoretical analyses, to elucidate this phenomenon.

Keywords: The LGBT+ movement,; political parties; elections.

⁸⁰ Mestrando em Sociologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGS/UFS).

1 INTRODUÇÃO

No que tange a literatura acerca sobre movimentos sociais, a sociologia desta área muito se debruça acerca da relação entre movimentos sociais e partidos políticos, ou seja, sendo uma das questões cara para a sociologia dos movimentos sociais, o engajamento desses movimentos nas arenas deliberativas e institucionais do poder, seja com os partidos políticos, seja como o próprio Estado, torna-se objeto de estudo e análise buscando compreender as principais gramáticas de ação, práticas militantes e agenda desses atores

que deram as condições necessárias para que tal relação acontecesse e, não apenas isso, de que forma tal relação acontece, assim como também seus principais desdobramentos. Contudo, embora seja um tema de bastante interesse para as análises sociológicas, a relação entre movimento LGBTQ+ e partidos políticos aponta um *gap* na literatura, isso devido a pouca quantidade de trabalhos que debruçam sobre tal relação e construam luz acerca deste fenômeno. Neste aspecto, o que podemos traçar é que tal campo possui uma extensa área de exploração com os mais diversos indicadores e dimensões de análise. Neste pretexto, ater-me-ei as performances eleitorais dessas candidaturas e o que elas revelam acerca não apenas desta relação, mas também do próprio funcionamento do sistema político brasileiro.

Destarte, as contribuições já existentes percorrem caminhos que apontam algumas alternativas de análises teóricas dessa relação. Segundo De La Dehesa (2010) o ponto de partida para a entrada do movimento na política remonta à década de 60 e as primeiras associações do embrião do Movimento Homossexual Brasileiro com experiências políticas a partir dos movimentos estudantis, sindicais e demais organizações que resistiam a ditadura militar, Para Regina Facchini e Júlio Assis Simões (2009) o movimento adentra na esfera política ao traçar seus caminhos a partir da década de 70, quando surgem os primeiros grupos homossexuais voltados à militância política, onde possuíam uma agenda de ação voltada para a reivindicação de suas subjetividades e desmistificação da homossexualidade como pecaminosa, sodomita e degradadora da juventude, sexualidades e corpos, como sujeitos de direitos e deveres.

Diante deste contexto de luta e reivindicações durante o período da ditadura “hétero-militar” (Quinalha, 2018) o movimento fortifica sua luta, tornando-se um dos principais atores políticos para a derrocada do regime ditatorial e pela redemocratização brasileira. Tais fatos podem apontar, a priori, o porquê da ligação mais estreita entre o movimento LGBTQ+ e os partidos políticos de esquerda. Contudo, tal fato não se deu de forma unânime dentro do seio do movimento, os embates internos a partir dos encontros

nacionais dos ativistas homossexuais não apenas apontavam aversão aos partidos políticos e ao Estado, mas também sua independência aos “esquemas prontos da esquerda tradicional” como um vício incurável da esquerda (Jesus, 2024; MacRae, 2018; Quinalha, 2017a, 2022b;)

Ressalta-se, mediante ao exposto, que a compreensão da política pelos militantes homossexuais da época pautava-se no individual, esta, por sua vez, era tida apenas como mecanismo de autoafirmação de suas sexualidades e transgeneridades⁸¹, possuindo um sentido menos pragmático mais voltado as experiências individuais. Era nesse quesito de compreender a própria ideia de sexualidade e como essa, por sua vez, era um ato político subversivo à norma que os assolava que os grupos homossexuais emergentes tinham como característica e era visto por seus participantes como espaços de acolhimento coletivo. Mas o contexto político-social no qual passava o país exigiam respostas que extrapolassem a linha do individual.

É a partir de 1980, em um contexto de maior abertura e retomada de algumas liberdades até então restringidas, que o MHB fortifica sua luta a partir do ativismo político, demandando pautas já elencadas como: a crítica ao autoritarismo e ao conservadorismo moral, à violência homofóbica, a violência policial, defendendo a liberdade de expressão e organização, mudando seus ideais político até mesmo sobre a aproximação com os partidos políticos a partir do engajamento na disputa eleitoral de 1982.

É importante ressaltar as condições sócio-políticas que deram oportunidades para que o movimento adentrasse e engajasse-se na disputa eleitoral. O surgimento da epidemia do HIV/AIDS assolou o movimento homossexual e seus ativistas, redirecionando-os a novas estratégias de ação e repertórios militantes, ou seja, se durante seu surgimento o movimento encontrava-se em uma fase mais “autônoma” em sua ideia de política, tal situação muda com esse contexto, dado que o movimento não apenas reforçou seus laços com outros movimentos sociais (feminista, sindical, estudantil, negro) mas também com outros agentes da sociedade civil (médicos sanitaristas, representantes do Estado e de partidos político) para juntos elaborarem uma resposta coletiva à epidemia.

Tal contexto faz com que o movimento enverede para uma compreensão de política mais pragmática e institucional, vendo-a, agora, como alternativa para a garantia dos direitos civis e

⁸¹ O termo “transgeneridades” era usado à época para categorizar os corpos que hoje são compreendidos como transexuais/travestis/não-binários. Nesse aspecto, para que não ocorra anacronismo, ressalta-se também que o que hoje designamos de movimento LGBTQ+ era chamado, em sua origem, de Movimento Homossexual Brasileiro, esse, por sua vez, abarcava toda a diversidade sexual. Portanto, quanto for necessário, para me ater ao período histórico, usarei os termos usados à época.

sexuais desse segmento da população (Jesus, 2024). Outro contexto que merece destaque para a compreensão das condições de emergência de candidaturas LGBTQ+ assim como também da pauta homossexual no centro do debate eleitoral foram: A Reforma Eleitoral de 1979; a Fundação do PT – a partir da atuação do engajamento homossexual na fundação do partido – enquanto partido de oposição ao governo, assim como também a instauração de um sistema multipartidária (PMDB, PSD, PDS e et.); assim como também a volta dos exilados políticos do regime militar a partir da promulgação da Lei de Anistia. Esses fatores foram essências não apenas no processo de abertura de um sistema democrático no país, mas também das oportunidades políticas para os movimentos libertário – como o Movimento Homossexual Brasileiro.

A respeito disso, tomemos como exemplo a campanha realizada pelo Grupo Gay da Bahia ainda em 1981 para a retirada da homossexualidade do Código de Classificação de Doenças do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAPS), tendo a mudança ocorrido apenas no ano de 1985, tal campanha tinha como objetivo desmistificar não apenas a homossexualidade, mas a sua associação com o HIV/AIDS, tida como “peste gay”. Não obstante, João Antônio Mascarenhas e Luiz Mott, ambos ativistas homossexuais à época, possuíam uma estreita relação com o Estado na luta pela garantia dos direitos desse segmento da população (Jesus, 2024; Simões, Facchini, 2009). Nesse aspecto, a campanha supracitada e seus autores ligados aos espaços institucionais do poder deram margem para a construção das pautas elencadas pelo movimento na agenda pública do Estado, a campanha pela retirada da homossexualidade do Código de Classificação de doenças do INAPS foi um passo primordial para a construção dessa causa.

Tendo isso em vista, o engajamento eleitoral dos militantes torna-se, nesse aspecto, imprescindível para a garantia dos direitos desse segmento da população. Luiz Mott, João Antonio Mascarenhas, Hebert Daniel dentre outros, foram importantes ativistas homossexuais que estiveram a frente das eleições de 82, buscando engajar ativistas homossexuais na política eleitoral. Nesse sentido, durante a campanha eleitoral, Mascarenhas desenvolveu um questionário enviado aos partidos políticos (já que esses cada vez mais se aproximavam do movimento homossexual) para que se posicionassem sobre a luta homossexual (De La Dehesa, 2010; Jesus, 2024).

A primeira eleição direta pós ditadura militar no Brasil já alçava grande visibilidade no que tange às pautas da livre diversidade sexual. Embora não se pudesse falar de grande em sentido quantitativo muito menos em boa performance eleitoral, podemos falar de grande no sentido de ponto de partida do engajamento militante de ativistas homossexuais num pleito

eleitoral. Acerca disso, tomemos como exemplo a campanha de Edson Nunes pelo Partido dos Trabalhadores (PT) que já apontava em seu slogan “viva o amor” e seus panfletos eram distribuídos com a seguinte frase: “Che “GUEI”! O primeiro candidato das minorias absolutas”. Não obstante, é preciso ressaltar que essa respectiva eleição e os quadros militantes lançados para o engajamento eleitoral firmaram as condições e os repertórios de ação do movimento

Entre purpurinas e realidade, o movimento LGBTQ+ travou, e continua a travar, diversas lutas no seio da sociedade civil para a garantia dos seus direitos, seja na elaboração de políticas públicas e afirmativas voltadas para esse segmento da população, seja na luta desde o seu surgimento até o período recente. Contudo, tomemos como marco temporal os governos Petistas (Governo Lula 1 e 2, Governos Dilma 1 e 2) isso porque, dado ao fortalecimento das demandas elencadas pelo movimento durante os primeiros anos deram condições para a constituição de políticas mais efetivas de reconhecimento da população LGBTQ+ Nesse sentido, durante os governos Lula, os temas voltados à sexualidades já não mais eram vistos como “vinculados necessariamente a considerações relativas à saúde” (Carrara, 2010, p. 135), assim como também, em 2008, foi realizado na capital brasileira a primeira conferência nacional GLBT, contando com a participação do então presidente Lula, ministros e representantes de movimentos sociais (Jesus, 2024). É diante disso que o Brasil se torna o primeiro país da América Latina a realizar um evento desta natureza, demonstrando, nesse sentido, a proximidade do Estado com o movimento LGBTQ+ e o compromisso com as demandas elencadas pelo movimento entre seus direitos civis e sexuais. (Facchini, 2009; Jesus, 2004).

Esse contexto de proximidade e visibilidade dada pelo Estado à luta dos direitos do movimento, pode ajudar a compreender o aumento das candidaturas LGBTQ+ durante este período, principalmente quando analisado a filiação partidária destas candidaturas, estando majoritariamente alocadas no PT, tais condições deram margem para que cada vez mais o movimento aloca-se nas estruturas partidárias e no universo eleitoral. Contudo, a situação entre governo federal e movimento LGBTQ+ torna-se conflituosa, em primeiro lugar, dado a baixa efetividade das políticas voltada a esse segmento da população, não tornando-se políticas públicas institucionalizadas; em segundo lugar, durante o governo Dilma, a então presidenta vetou o Kit Anti-Homofobia, afirmando publicamente que seu governo não faria propaganda de opção sexual.

Tal fenômeno, pode, em um primeiro momento, dar luz aos conflitos políticos que surgem mediante esse contexto somado a uma conjuntura política instável a partir da crise da democracia liberal, com as jornadas de Junho de 2013 e subsequentemente o crescente antipetismo e conservadorismo que se assola pelo país, dificultando não apenas a aproximação

do movimento com o executivo, mas também o seu engajamento eleitoral e, conseqüentemente, as condições de sucesso e entrada nos espaços deliberativos e institucionais.

O fato é que este trabalho buscará, a partir de breves considerações, dar luz e interpretações sociológicas acerca dessa relação, assim como também fomentar uma sociologia do movimento LGBTQ+ a partir da análise dessas candidaturas durante o período citado. Tais argumentações darão arcabouço para que se analise- a partir de uma estatística descritiva – as performances eleitorais dessas candidaturas sejam elas baixas ou altas.

2 DOS GUETOS ÀS URNAS: AS PRIMEIRAS CANDIDATURAS LGBTQ+

Em breves considerações, apontarei pontos paradigmáticos que dera as estruturas de oportunidades políticas para o engajamento eleitoral de militantes homossexuais, seja na estrutura partidária e suas agremiações a partir das plataformas eleitorais, seja nas candidaturas de homossexuais e aliados que colocaram no centro da arena política-eleitoral a bandeira da causa homossexual. Nesse sentido, para que o Movimento Homossexual Brasileiro saísse dos guetos e fosse para às urnas, uma série de fatores históricos se deram nesse caminho.

O primeiro ponto a ser destacado é o surgimento do movimento enquanto atores políticos, militantes da causa. Isso porque, ainda que com o surgimento dos primeiros associativismos homossexuais como o *Jornal Snob* (1963-1969) e a *Associação Brasileira de Imprensa Gay* (1967-1968), o contexto político brasileiro era marcado pela repressão, tortura, perseguição e censura devido o golpe militar e a instauração da ditadura no país, que restringia a expressão da subjetividade homoafetiva, os encontros de homossexuais aconteciam nos guetos e periferias da sociabilidade e da socialização, alocados à margem da sociedade.

Nesse aspecto, jogados à margem da sociedade, emergiam uma subcultura como uma forma de política subversiva e contracultural, tendo como repertórios de ação a autoafirmação das sexualidades e espaços de lazer para esse segmento da população, ou seja, “os homossexuais frequentavam bares, pontos públicos de pegação e dentre outros lugares, o que tornava essa individualidade e essa autoafirmação uma rebeldia política, uma subversão a normatividade sexual.” (Jesus, 2024, p. 41). As associações homossexuais acima citadas nascem mediante as movimentações homossexuais, tendo como repertório de ação a união e o associativismo que elencava reuniões de acolhimento e redes de afeto (Facchini, 2003; Green, 2000; Jesus, 2024; MacRae, 1985; Quinalha, 2022.).

O Movimento Homossexual Brasileiro⁸² surge enquanto militância política a partir da década de 1970 com o emergir do grupo SOMOS- Grupo de Afirmação Homossexual e o Jornal Lâmpião da Esquina. Esses, por sua vez, são considerados históricos e paradigmáticos no que tange o movimento homossexual no país por traçarem uma política de luta e reivindicações pelo reconhecimento de seus corpos e sexualidades, pelo reconhecimento desse segmento da população enquanto cidadãos dignos de direitos civis e sexuais. O SOMOS, à exemplo disso, torna-se histórico por dar visibilidade e notoriedade a luta pela livre diversidade sexual no país (Jesus, 2024), acerca disso o primeiro ato público do grupo foi o envio de uma carta-protesto para o Sindicato de Jornalista de São Paulo acerca da forma como a homossexualidade era tratada pela imprensa (Simões, Facchini, 2009).

Os integrantes do SOMOS aprendiam a ser “militantes homossexuais”, fortificando não apenas a luta do movimento, mas também contra a ditadura “hétero militar” (Quinalha, 2018). No que tange o Jornal Lâmpião da esquina é possível classifica-lo como um jornal alternativo, sendo esse o mais paradigmático mecanismo de imprensa LGBTQ+ no Brasil, dado que:

[...]o Lâmpião da Esquina rompeu as barreiras físicas do seu eixo editorial e se espalhou por todo o país, tratando de temas como aborto, sexualidade, travestilidade (termo à época era transgeneridade), movimento feminista, movimento negro, sadomasoquismo, populações indígenas, trabalho sexual e, não apenas isso, traçavam os devires que o movimento homossexual deveria enveredar sua luta, ou seja, traçando os repertórios de ação do movimento ao se propor a sair do “gueto”. Não se pode, portanto, negar o papel central do ativismo homossexual na luta contra a ditadura militar e em defesa da homossexualidade no Brasil. (Jesus, 2024, p. 43).

O fato é que esses primeiro grupos militantes da causa homossexual fertilizaram o terreno para o movimento no país, seus encontros, reuniões, debates e estratégia acerca da luta pela livre diversidade sexual, bem como jornais contraculturais alternativos deram margem para que outros grupos homossexuais surgissem no país, cita-se: o Grupo Gay da Bahia (GGB), Dialogay, Triângulo Rosa, Fação Homossexual (ligada a Convergência Socialista) que também demandavam a pauta da livre diversidade sexual e pelo reconhecimento desse segmento da

⁸² Faz-se necessário ressaltar que a utilização do termo homossexuais e/ou homossexualidades no decorrer deste texto deriva do fato do termo ser utilizado nos anos 1990 para se referir a diversidade sexual e identidades de gênero existente. Logo, como aponta Quinalha, 2018, no momento da ditadura a travestilidade e “transgeneridade” eram compreendidas dentro dessa designação de “homossexualidades”, por isso o uso do termo para abarcar a diversidade. Nesse aspecto, para não dar espaços a anacronismos, ao longo do texto poderá ser utilizada a sigla LGBTQ+ que comporta os avanços e formulações do movimento no que tange o abarcar das diversidades sexuais e de identidades. Não obstante, acerca do Movimento Homossexual Brasileiro (termo usado até 1993), é caracterizado por Regina Facchini (2003, p. 84) como: conjunto de associações e entidades mais o menos institucionalizadas, constituídas com o objetivo de defender e garantir direitos relacionados a livre orientação sexual e/ou reunir com finalidades não exclusivamente, mas necessariamente políticas [...].

população como sujeitos de direitos (Ferreira, Sacramento, 2019; Ferreira, 2017; Facchini, 2005; Jesus, 2024).

Não raro, a concepção de política para o movimento neste período era pautada na autoafirmação de suas sexualidades e das transgressões dos papéis sociais definidos sobre os corpos, Edward MacRae (1985, p. 257) aponta que para o MHB “o prazer era visto como bem supremo e o autoritarismo deveria ser combatido em todas as suas manifestações, tanto fora, quanto dentro do grupo”. Assim sendo, a política para o movimento pautava-se no privado, ou seja, pautava-se nas subjetividades desses sujeito enquanto ação política subversiva dado que “[...] eles procuram valorizar o “privado”, para acentuar sua importância como um tema “político” [...] tudo isso constitui muito mais um “estado de espírito” e tendências do que uma prática real. No entanto, seus efeitos sobre a prática organizacional são bastante evidentes.”, além do mais, acerca da posição do movimento sobre o institucional, é válido salientar que “[...] 45 esses movimentos rejeitam qualquer tipo de estrutura grandiosa, anônima e burocrática, como o Estado, por exemplo.” (Evers, 1983 apud MacRae, 2018, p. 52), visto que rejeitavam o que os militantes concebiam como “esquemas prontos da esquerda tradicional”, pois era um sinônimo da organização burocrática e um vício incurável das esquerdas (Jesus, 2024; MacRae, 2018; Quinalha, 2017a, 2022b).

Tal concepção de política muda quando o movimento passa por um momento emblemático de seus itinerários no país. Além do racha do grupo Somos e o fim do Jornal Lampião da esquina, nos primeiros anos da década de 1980 o movimento começa a enfrentar a epidemia do HIV/AIDS, popularmente conhecida como a “peste gay” dado que as grandes mídias relacionavam a doença com esse segmento da sociedade. Se de um lado Júlio Assis e Regina Facchini (2009) apontam um enfraquecimento dos grupos homossexuais politizados, de outro, Rodrigo Cruz aponta que, na verdade, o movimento não estava desarticulado, e sim focado em outra agenda de ação: a política institucional.

O surgimento do HIV/AIDS de um lado, pode ser compreendido de forma negativa, de outro, pode ser percebido como uma fortificação do movimento, que se intersecciona com outros agentes da sociedade civil e movimentos sociais com o objetivo de elaborar uma resposta coletiva contra a epidemia, dado que, segundo João Silvério Trevisan (2018, p.452-453).

Há que lembrar também um extraordinário efeito colateral dessa epidemia sexualizada. Ela ofereceu de presente às sociedades modernas elementos inestimáveis para a educação da sexualidade e, eu acrescentaria, da sensibilidade, para não dizer: do desejo. Graças a ela, as escolas, as famílias, a mídia, os políticos e, pasmem!, até as igrejas mais reticentes foram obrigados a se engajar, com maior ou menor energia, numa generalizada (porque compulsória, sem escolha) campanha em

busca dos meandros da sexualidade, essa esfinge que insolentemente exigia: “Deciframe, ou te devorarei”. A sociedade passou a debater amplamente argumentos a favor e contra sexo anal, sexo oral, perversões, quantidade de parceiros/as, uso da camisinha, sexo seguro e doenças venéreas, métodos anticoncepcionais, casamento entre pessoas do mesmo sexo, conveniência ou não da adoção de crianças em famílias não padronizadas etc. [...]Deflagrou-se uma epidemia de informação que deixou marcas nas gerações seguintes. Reafirmo que nunca se discutiu tanto a realidade homossexual como nos tempos de aids.

Logo, compreende-se que a causa homossexuais torna-se uma causa pública, não apenas nas esferas institucionais pressionadas pelos movimentos para uma resposta e os cuidados com os infectados pelos vírus, mas no seio da sociedade civil, ou seja, nas articulações entre associações e movimentos com o Estado, ganhando projeção e tornam-se capazes de intervir no processo de gestão pública (Petrarca, 2015). A pauta homossexual, ainda que nessas barreiras dos estigmas da epidemia se torna uma causa pública, os olhos do Estado e da sociedade voltam-se para esse segmento da população. Assim como também o movimento volta seus olhos para o Estado e suas instituições para garantir que o olhar não seja apenas voltado para políticas públicas de saúde, mas na garantir de que esse olhar seja de visibilidade para esse segmento como cidadãos detentores de direitos civis e sexuais.

Não raro, ainda é válido ressaltar, que essa nova roupagem do movimento, menos refratária e autônoma e mais voltada ao âmbito institucional como forma de garantir os seus direitos. A nova concepção de política é salientada a partir de uma outra forma, possuindo:

[...] um sentido mais pragmático e menos ancorados nas experiências e vivências pessoais dos próprios militantes. A política é referida principalmente por meio da atuação institucional segundo objetivos bem definidos. Para diminuir a discriminação contra os homossexuais, o caminho privilegiado passou a ser a ação junto ao Legislativo e ao Judiciário, perseguindo a mudança dos códigos e das leis (Simões, Facchini, 2009, p. 125).

Não obstante, lideranças de grupos homossexuais começam a endossar essa nova concepção de política a partir da ocupação dos espaços deliberativos e institucionais, acerca disso, o Triângulo Rosa, em meio ao processo de abertura democrática do país, vai à Câmara de Deputados após ter iniciado uma campanha com o apoio de parlamentares para a retira da homossexualidade da lista de doenças mentais, para despatologizar a homossexualidade, assim como também a inclusão da proibição por discriminação sexual na constituição que estava sendo feita (Na Assembleia Nacional Constituinte que promulgou a Constituição de 1988). O relato de João Antônio Mascarenhas relata acerca dessa luta do movimento:

Em 1987 o Triângulo Rosa conseguiu ir à Câmara Federal, ao Congresso Nacional Constituinte. Lá, fiz exposição a duas subcomissões. O assunto foi levado a plenário e fomos derrotados... A última votação na Assembleia Nacional Constituinte foi em fevereiro de 1988. Fui à Brasília. Nunca um ativista gay tinha entrado no Congresso Nacional como tal. Muito menos para fazer uma exposição e ser sabatinado pelos parlamentares. Isso foi um escândalo! Houve a votação no início de 1988. Fomos derrotados. Nos fins de fevereiro e princípios de março de 1988, saiu o primeiro projeto da Constituição Federal. Por essa época, eu me afastei do grupo Triângulo Rosa. Depois retomei quando se aproximava a Revisão Constitucional. Porém, dizia que voltaria até terminar a revisão, qualquer que fosse o resultado. Na revisão, também fomos derrotados. Desta vez não houve esse sucesso de escândalo. Com esse nosso trabalho, não conseguimos ser contemplados na Constituição Federal, mas conseguimos em duas Constituições estaduais: a de Sergipe e a de Mato Grosso; e em 27 leis orgânicas municipais, inclusive do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. (Ibidem,2009, p. 123).

Acerca do engajamento homossexual na arena eleitoral, alguns fatores podem ser elencados: A reforma Eleitoral de 1979; a renovação da esquerda mediante a volta de militantes e ativistas exiliados durante o regime com a promulgação da Lei de Anistia em agosto do mesmo ano; a fundação de um partido de oposição ao governo – contando com o engajamento de militantes homossexuais para a legalização do partido, dado que acolheu em suas plataformas eleitorais a bandeira do movimento homossexual – assim como também as primeiras eleições diretas em um regime multipartidário em 1982, foram as condições necessárias para elencar candidaturas de ativistas homossexuais – entre os declaradamente gays e os aliados da causa – que colocaram no centro da arena eleitoral a pauta da livre diversidade sexual. (Cruz, 2015; Jesus, 2024).

Acerca desse engajamento, alguns atores políticos merecem serem destacados, ainda que não tenham participado do pleito, mas destacaram-se no que tange o ativismo homossexual nas estruturas partidárias e na arena eleitora, cita-se : Luiz Mott, João Antônio Mascarenhas e Herbert Daniel, a respeito disso, Mascarenhas desenvolve um questionário durante a campanha eleitoral que foi enviado aos partidos políticos para que se posicionassem acerca da bandeira do movimento, não obstante, também desenvolveu um *circuito gay nacional de ativismo* que objetivava repassar importantes informações de um grupo para outro, enviando também cópias de mensagens direcionadas a um grupo específico para todos os outros simultaneamente (De La Dehesa, 2010; Cruz, 2015; Jesus,2024). De fato uma nova concepção de política é formulada no seio do movimento, essa, por sua vez é vista pela literatura do MHB apenas como uma:

[...] mudança no perfil do ativismo homossexual ao longo dos anos 1980 ao surgimento de um “terceiro tipo” de ativista e de grupo. Essa nova geração, da qual fariam parte João Antônio Mascarenhas e Luiz Mott, teria uma visão mais instrumental que ideológica dos partidos políticos, segundo a qual todas as agremiações poderiam ser aliadas, desde que demonstrassem compromisso com a causa. Ao mesmo tempo, as demandas do movimento deveriam ser direcionadas ao

Estado por meio da formulação de campanhas, cujo objetivo seria angariar aliados entre as elites políticas. (Cruz, 2015, p. 140).

Acerca das eleições de 1982, como um marco paradigmático por colocar como um dos debates centrais na arena eleitoral as pautas elencadas pelo movimento homossexual, torna-se também histórica, visto que é a primeira vez que homossexual declaradamente assumidos, e militantes assíduos da causa (ainda que não sejam LGBT+) concorrem a um pleito eleitoral. Como demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO 1 - CANDIDATOS AUTODECLARADOS HOMOSSEXUAIS OU ALIADOS A CAUSA NAS ELEIÇÕES DE 1982,

Candidatos	Slogans	Mensagem Geral	Definição de conflito	Definição dos Opositores	Partido Político
Edson Nunes	"Viva o Amor"	O amor é maior que o preconceito, que deve ser combatido	O conflito estava tanto na sociedade moralista quanto na arena política, de onde vinham ameaças às liberdades individuais	Apesar do forte apelo contra o preconceito societário, o regime militar aparece como principal opositor	Partido dos Trabalhadores-PT
José Carlo Dias de Oliveira-Zezinho e Caterina Koltai	"Desobedeça"	Posicionar-se contra todo o tipo de injustiça; lutar pela transformação da sociedade.	O conflito estava na sociedade moralista e no Estado, que restringia as liberdades individuais	O principal opositor é o regime militar e os valores moralistas e produtivistas da sociedade	Zezinho e Caterina Koltai ambos do Partido dos Trabalhadores-PT
Liszt Vieira	"Por uma vida alternativa"	Lutar por uma sociedade radicalmente diferente, que beneficie a vida e o bem-estar das pessoas.	O conflito estava na sociedade moralista e no Estado, que impunha uma vida baseada no modo de produção e nos valores capitalistas	O principal opositor é o regime militar e os valores moralistas e produtivistas da sociedade.	Partido dos Trabalhadores-PT
João Baptista Breda	"Prazer para Todos"	Defesa de uma sociedade mais justa e prazerosa para todos, sem restrição.	O conflito estava generalizado, e mesmo a esquerda é apontado como moralista e proibicionista	O principal opositor é o regime militar e os valores moralistas e produtivistas da sociedade	Partido dos Trabalhadores-PT

Fonte: Quadro de candidaturas homossexuais ou aliadas. Adaptado de: Cruz, Rodrigues (2015).

Não obstante, acerca desse quadro, algumas análises precisam ser salientadas. Em primeiro lugar, dos candidatos apontados, apenas Edson Nunes, José Carlos Dias de Oliveira, popularmente conhecido como Zezinho, e João Baptista Breda eram declaradamente homossexuais, Liszt Vieira e Caterina Koltai, embora não fizessem parte das "homossexualidades" tinham em sua agenda de campanha o forte discurso pela livre diversidade sexual e pelos direitos desse segmento da população. Não obstante, do quadro acima elencado,

apenas Liszt Vieira obteve uma boa performance eleitoral conseguindo alcançar o cargo de deputado estadual do Rio de Janeiro. Zezinho foi o terceiro mais votado entre os candidatos a vereador pelo PT de Porto Alegre, quase garantindo a suplência. Edson Nunes (candidato a deputado federal) Breda (reeleição para a Assembleia Legislativa de São Paulo) e Caterina Koltai (candidata a vereadora por São Paulo) não conseguiram se eleger. Acerca disso, a literatura aponta algumas hipóteses para explicar a performance eleitoral dessas candidaturas.

Em primeiro lugar, incluir a bandeira do Movimento Homossexual Brasileiro dentro da agenda de campanha e até mesmo ser abertamente gay, não eram sinônimos de mecanismo de elegibilidade, pois, caso assim fosse, “os candidatos homossexuais assumidos seriam seus beneficiários diretos” (Lima, 1983, p. 184). Outro ponto a ser destacado é que o movimento enxergava tais candidaturas como “fortes” devido ao comportamento do Colégio Eleitoral que o movimento suponha existir 10% de homossexuais em sua composição (Cruz, 2015).

Por fim, Parcker (2002) aponta que embora existissem oportunidades políticas, o maior peso estava nas restrições, ou seja, o contexto da época marcado pelo medo dos ativistas homossexuais da repressão política, a recessão econômica que restringia o quantitativo de financiamento dessas candidaturas, assim também como os grandes meios de comunicação como o Jornal Bandeirantes, Globo, Folha de São Paulo atuavam intensamente como auxiliares – e até mesmo apoiadores do regime – boicotando, desqualificando e desinformando a população acerca dessas candidaturas (e das demais petistas) mediante o auxílio da Lei Falcão e, por fim, há de se lembrar que o contexto político da época era um processo transicional, logo, existia o voto vinculado pelos pacotes eleitorais que elencavam um maior acirramento do pleito, onde os candidatos petistas disputavam votos entre si mesmos.

Dado o exposto, no próximo tópico farei uma análise a partir de uma estatística descritiva das candidaturas LGBT+ no Brasil durante 2002-2016, a fim de não apenas elucidar como e onde alocam-se essas candidaturas, seja em partido, cargo, mas também de demonstrar a performance eleitoral desses candidatos já em um sistema democrático e em governos alinhados à esquerda do espectro político ideológico o que, hipoteticamente, haveriam menores restrições acerca dessas candidaturas, podendo desencadear uma melhor performance eleitoral.

3 CANDIDATURAS LGBT+ ENTRE 2002-2016: BREVES CONSIDERAÇÕES

No presente tópico farei análises a partir do uso da técnica de estatística descritiva acerca dos dados empíricos sobre essas candidaturas, apontando quadros que demonstram o quantitativo, a região, a performance, o partido que mais aloca tais candidaturas assim como

também a performance eleitoral dessas candidaturas. Nesse sentido, é importante ressaltar que o presente tópico não trará considerações teóricas e explicativas sobre o fenômeno, mas o apontamento de algumas hipóteses para compreender o que neste tópico for dissertado, que nesse quesito trarão reflexões acerca das oportunidades e das restrições que essas candidaturas encontram para não apenas ascender enquanto político, mas também eleger-se para o cargo alçado, buscando refletir acerca da política sexual dentro da arena eleitoral e também da política brasileira.

A priori, é importante destacar que mesmo com a chegada de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República em 2003, tendo realizado diversos feitos no que tange as pautas do movimento LGBTQ+ gerando um maior campo de diálogo para os movimentos sociais (Jesus, 2024), onde pela primeira vez antigos líderes sindicais participaram intensamente de altos cargos do governo, não obstante, os ministros mantiveram relações mais próximas aos movimentos sociais, sendo 43% na primeira gestão e 45% na segunda gestão (D'araujo, 2009).; não obstante, os temas voltados à sexualidade já não eram vistos única e exclusivamente como “vinculados necessariamente a considerações relativas à saúde” (Carrara, 2010, p. 135). Ainda é válido ressaltar outras iniciativas importantes para o movimento no legislativo brasileiro, como a criação de bancas e frentes parlamentares, citam-se: a Frente Parlamentar pela Livre expressão Sexual (2003-2007) e a Frente Parlamentar pela Cidadania GLBT (2007-2011). (Jesus, 2024).

Destarte, é importante salientar que essa visibilidade elencada durante os governos petistas também atraiu outros partidos políticos a declararam apoio a causa mediante a criação de setoriais LGBTQ+ em suas estruturas partidárias, contudo, é válido lembrar que ainda em 1982, os militantes homossexuais buscavam apoio para as pautas do movimentos com os partidos políticos independente do espectro ideológico, à época era apontado como estratégia de reafirmar a independência dos movimentos em relação aos partidos políticos. Ainda que o PT, historicamente, seja marcado como o partido de vanguarda no que tange a adoção em sua estrutura partidária da bandeira do movimento, isso não significa que automaticamente todas as candidaturas enveredariam para partidos de esquerda, levando a um essencialismo e uma homogeneidade do movimento, que nos próximos capítulos apontará candidaturas LGBTQ+ em partidos de direita/centro do espectro político ideológico. Acerca da criação dos setoriais, o quadro abaixo evidencia alguns aspectos, desde a criação até mesmo o partido.

QUADRO 2 - PARTIDOS COM SETORIAIS E GRUPOS LGBTQ+

Partido	Possui grupo?	Data de criação
PT	SIM, atualmente possui o Setorial Nacional LGBTQIA+ criado em 2010	O primeiro partido a criar, data de 1992
PSTU	SIM- Secretaria Nacional de Gays e Lésbicas	Criado em 1994
PSB	SIM- Executiva Nacional LGBT socialista	Criado em meados de dezembro de 2012- início de 2013
PSOL	SIM	Em 2011 foi criado o setorial LGBT vinculado ao partido paulista
PCdoB	SIM	Criação de um coletivo LGBT em 2011, vinculado ao diretório paulista do partido
PDT	SIM- PDT DIVERSIDADE	-
REDE	SIM	-
CIDADANIA	SIM	-
PV-PARTIDO VERDE	SIM- PV DIVERSIDADE	2013 vinculado ao diretório do estado de SP
PSDB	SIM- diversidade Tucana	Criado oficialmente em 2006, vinculado ao diretório paulista do PSDB
PTB	SIM- Diversidade PTB	Criado em maio de 2010
PMDB	SIM- MOVIMENTO DIVERSIDADE PMDB	Criado em 2009, vinculado ao diretório estadual do

		PMDB
--	--	------

Fonte: Elaboração do próprio autor com dados coletados a partir do trabalho de Santos (2016) e pesquisas na internet a partir dos sites de cada partido indicado no quadro. (Jesus, 2024)

OBS: as lacunas não preenchidas são indicativos dos percalços da pesquisa, pois não foram encontrados todos os dados para preenchimento do quadro

Não obstante, a literatura aponta um fortalecimento das demandas elencadas pelo movimento nos primeiros anos (Carrara, 2010; Facchini, 2009; Ramos e Carrara, 2006; Pereira, 2018). A respeito disso realizou-se em Brasília no ano de 2008 a primeira Conferência Nacional GLBT, onde o então presidente Lula assim como também os ministros e representantes dos movimentos sociais marcaram participação. O Brasil torna-se, nesse aspecto, o primeiro país da América Latina a realizar um evento desta natureza, mostrando certo compromisso do Estado brasileiro com as bandeiras do movimento LGBTQ+ (Facchini, 2009; Jesus, 2024). Contudo, mesmo nesse cenário de oportunidades, no desenrolar dos governos, as políticas públicas tornaram-se cada vez menores ou efetivas, tornando-se, na verdade, políticas públicas não institucionalizadas (Froemming, Irineu e Navas, 2010; Irineu, 2014; Mello, Avelar e Maroja, 2012; Pereira, 2018).

Nesse aspecto e a respeito disso: “tomemos como o exemplo um dos atos de governo da petista e ex-presidente Dilma Rousseff, onde a então presidenta vetou o Kit Anti-homofobia desenvolvido pelo Ministério da Educação em parceria com ONGs, onde a mesma declara que seu governo não faria “propaganda de opção sexual” (Aguião, Vianna e Gutterres, 2014; Machado e Rodrigues, 2015; Pereira, 2018; Jeuss, 2024).

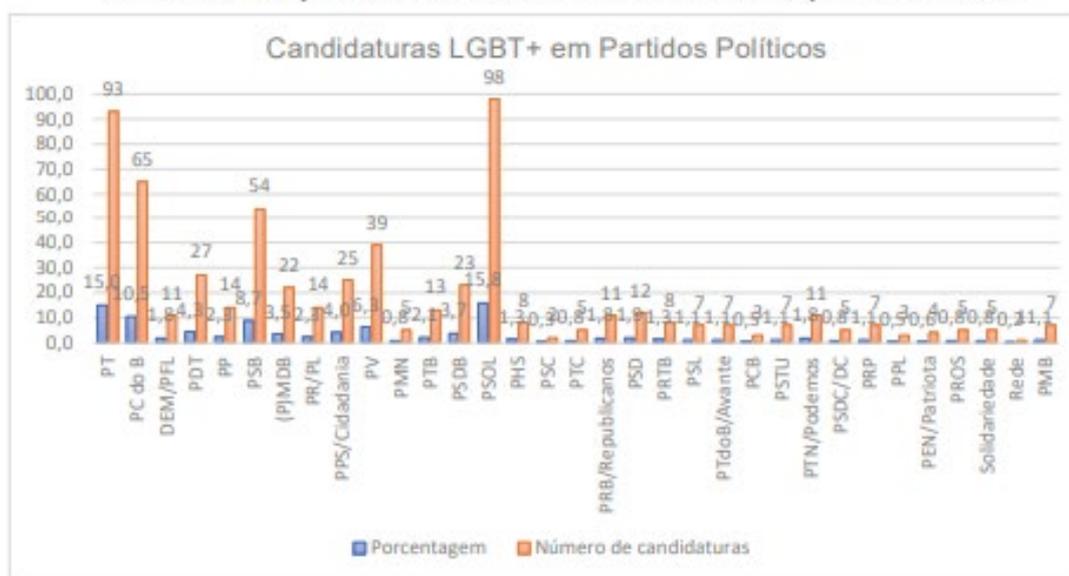
Partindo para os dados estatístico acerca das candidaturas feita uma breve exposição acerca do contexto político da época, partamos para a análise das candidaturas a partir da técnica de estatística descritiva. Válido salientar que os dados usados nessa pesquisa, não apenas decorrem do meu Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, mas também do bando de dados estáticos no programa SPSS criado pelo Prof. Dr. Gustavo Gomes da Costa em parceria com discentes da graduação e pós graduação da Universidade Federal de Pernambuco. Ademais, os dados presentes no banco constam as eleições e seus respectivos candidatos de: 2002, 2004, 2006, 2010, 2012, 2014 e 2016, não havendo dados das eleições de 2008 dado a dificuldades de campo.

GRÁFICO 1- FILIAÇÃO PARTIDÁRIA DE CANDIDATURAS LGBT+ DURANTE AS ELEIÇÕES ENTRE 2002-2016 CANDIDATURAS LGBT+ EM PARTIDOS POLÍTICOS

Fonte: Elaborado pelo próprio autor a partir dos dados do Banco de dados “LGBT e eleições no Brasil” elaborado pelo Prof. Dr. Gustavo Gomes da Costa Santos (UFPE) em parceria com discentes da graduação, mestrado e doutorado

O gráfico acima já aponta algumas características a serem analisadas. A primeira é a hegemonia da esquerda no que tange às filiações partidárias dessas candidaturas, com o PT e o PSOL liderando o número de filiações nesses anos. Das 621 candidaturas de pessoas

GRÁFICO 1- Filiação Partidária de candidaturas LGBT+ durante as eleições entre 2002-2016

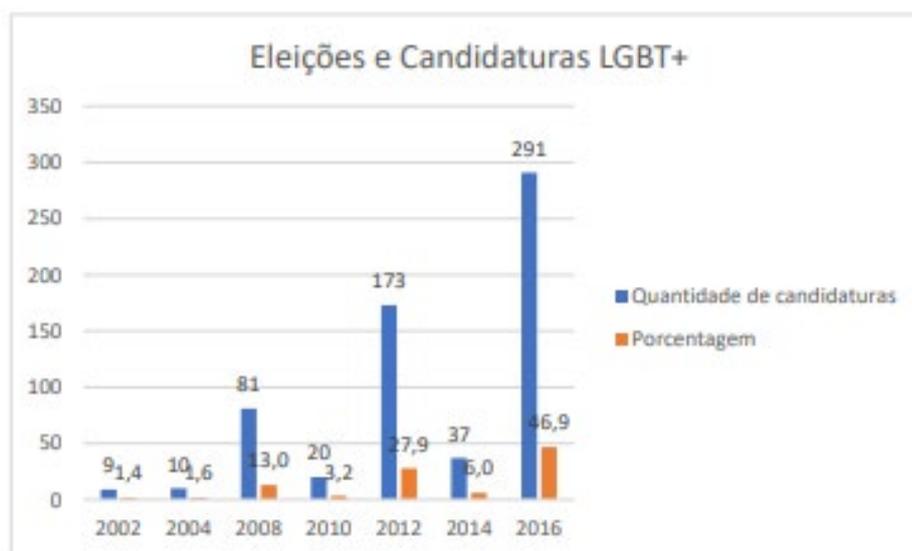


autodeclaradas LGBT+, 15% encontra-se no PT e 15,8% no PSOL, mas também há de se observar as candidaturas em outros partidos, como os de espectro ideológico de centro e direita. Tal condição pode ser explicada a partir do quadro elencado anteriormente, a partir de tal, Leonardo Almeida (2024, p. 88) afirma que embora:

O PT e o PSTU permanecem na “vanguarda” de aproximação e atuação junto às causas elencadas pelo movimento LGBT. Esse cenário só vai mudar a partir de 2006, com o surgimento de novos setoriais LGBTs em diversos partidos políticos. Dentre esses partidos demonstrados no Quadro 3 posto acima, temos o setorial do Partido Socialista Brasileiro, denominado de LGBT socialista; logo podemos notar o surgimento do Setorial LGBT+ do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), criado em 2011, o partido possui importante papel no que diz respeito a adoção das lutas do movimento em seu repertório de ação, à exemplo disso, nas eleições de 2010, o partido surpreende o eleitorado paulista ao mostrar um beijo entre dois rapazes em seu horário eleitoral. Os partidos supracitados encontram-se localizados à esquerda do espectro ideológico partidário, esse por sua vez se manteve por muito tempo hegemônico no que tange a adoção das demandas elencadas pelo movimento LGBT, contudo, o cenário muda a partir da criação, em 2006, do setorial LGBT do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), chamado de Diversidade Tucana (DT). Não obstante, outro setorial, dessa vez o grupo Diversidade PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), fundando em maio de 2010 e tendo como presidente Léo Áquila, que foi candidata à deputada estadual em 2006 e vereadora em 2008 pelo Partido da República (PR) e mais tarde, em 2010, pleiteia o cargo de deputada estadual em 2014 pelo Partido

Social Liberal (PSL). Não raro, ainda é possível ressaltar a existência do grupo “Movimento Diversidade PMDB”, criado em 2009 e vinculado à diretoria do antigo PMDB, hoje intitulado de Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

GRÁFICO 2 - DEMONSTRATIVO EM NÚMEROS E PORCENTAGEM DE CANDIDATURAS LGBT+ ENTRE 2002-2016



Fonte: Elaborado pelo próprio autor a partir dos dados do Banco de dados “LGBT e eleições no Brasil” elaborado pelo Prof. Dr. Gustavo Gomes da Costa Santos (UFPE) em parceria com discentes da graduação, mestrado e doutorado.

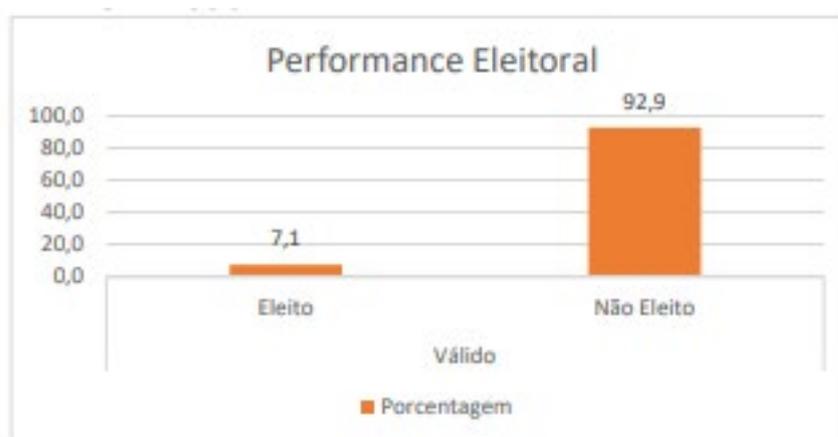
No tange o gráfico acima citado, pode-se analisar que entre 2002 e 2010 que diz respeito às eleições gerais, ou seja, Presidente, Governador, Deputado Federal ou Estadual acontece um aumento de 122+ de candidaturas LGBT+, do outro lado, para as eleições locais, ou seja, prefeito e vereador, o percentual de candidaturas aumenta em 123%. Entre 2002-2012 soma-se 293 candidaturas, essas com uma grande diversidade em relação às sexualidades e gêneros, havendo 159 candidaturas de pessoas gays; 76 candidaturas de travestis/transsexuais; 51 candidatas lésbicas e 7 candidatos bissexuais, tais indicadores aumentam entre os anos de 2014-2016, totalizando 621 candidaturas.

No que diz respeito os cargos pleiteados por pessoas autodeclaradas LGBT+, pode-se nota que as candidaturas desse segmento da população ainda encontram-se nas periferias da arena eleitoral e dos cargos políticos, além do mais, a primeira pessoa LGBT+ a ocupar um cargo nas arenas deliberativas e institucionais do poder foi a vereador Kátia Tapety, sendo eleita pela primeira vez em 1992, tendo sido reeleita por três pleitos no município de Colônia do Piauí, chegando a tornar-se vice-prefeita no ano de 2004 (Santos, 2016). Não obstante, toma-se como hipótese de aumento das candidaturas advém da maior visibilidade que o movimento dentro dos partidos político e do governo. Para Gustavo da Costa (2016) tais dados poder ser

explicados a partir da falta de grupos e associações LGBT+ organizadas em pequenas e médias cidades onde estão concentradas a maior parte das candidaturas

Para a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e Intersexos -ABGLT, o “Tripé da Cidadania elencados por uma série de políticas públicas: a realização da Conferência Nacional GLBT, a elaboração de um plano de políticas públicas e a criação de um conselho (na sequência de anos 2008, 2009, 2010). Assim como também o aumento pode ser elucidado a partir do aumento de investimentos para esse segmento da população por meio das ações realizadas pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e do Ministério da Saúde (MS).

GRÁFICO 3 - PERFORMANCE ELEITORAL DAS CANDIDATURAS LGBT+



Fonte: Elaborado pelo próprio autor a partir dos dados do Banco de dados “LGBT e eleições no Brasil” elaborado pelo Prof. Dr. Gustavo Gomes da Costa Santos (UFPE) em parceria com discentes da graduação, mestrado e doutorado.

Mesmo com todos os pontos supracitados, seja de ações governamentais para esse segmento da população, seja do aumento de setoriais LGBT+ nos partidos políticos, a performance eleitoral dessas candidaturas é drasticamente baixa, dado que das 621 candidaturas, apenas 44 foram eleitas, ou seja, 7,1%. Algumas hipóteses chamam atenção, a dificuldade de articulação do movimento com os partidos dado a história conflituosa no que tange elencar as pautas da livre diversidade sexual nos partidos políticos que, mesmo de esquerda, possui filiados e lideranças que mantêm o conservadorismo moral e sexual; a ausência de recursos partidários para aumentar a visibilidade dessas candidaturas na sociedade, como o investimentos em propagandas, financiamento, concessão de tempo no horário político (Santos, 2016) assim como também, é válido ressaltar que agrupamentos de base familiar e coalizões são um dos principais mecanismos da mobilização política, assim como também o capital político da candidatura pode influenciar sua performance eleitoral, assim como em 1982,

apenas se autodeclarar LGBT+ não é o maior mecanismo de elegibilidade para as candidaturas desse segmento da população. Não obstante, uma somatória desses fatores poderia impulsionar determinada candidatura para a ocupação de um cargo público, contudo, apenas uma análise mais minuciosa a partir de análise trajetória/carreiras poderia dar concretude a essas hipóteses. Acerca disso, é importante salientar que:

Os dados obtidos demonstram entrelaçamento e interlocução crescente entre os partidos e o Movimento LGBT. Não uma capilaridade instituída por estatutos ou programas, porém aquela do face a face, do jogo que se constitui jogando, baseado em um cálculo político individual (Silva, 2008, p. 108).

Ainda é preciso ressaltar que mesmo com investimentos governamentais, o movimento LGBT+ ainda é colocado não apenas à margem da sociedade, mas também à margem da política, vistos como corpos que não devem/merecem ocupar os espaços deliberativo e institucionais do poder, a exemplo disso, se olhar o trabalho de Gustavo Gomes da Costa acerca do movimento LGBT e partidos políticos no Brasil, pode-se salientar que o movimento enfrenta:

A oposição de setores conservadores adentro do Congresso Nacional tem sido importante para a rejeição de propostas de leis favoráveis às chamadas “minorias sexuais”, a exemplo das votações da inclusão do termo “orientação sexual” na cláusula antidiscriminatória da Constituição na ANC (1987 e 1988) e na Revisão Constitucional (1994). Mesmo nos casos em que se conseguiu a aprovação de projetos de lei favoráveis à população LGBT (como no caso da PCR em 1996 e da criminalização da homofobia em 2005), a ação de setores religiosos foi decisiva para a obstrução do trâmite destas propostas (Costa, 2016, p. 29).

Não raro, também faz-se importante salientar é que nem todos os candidatos que se autodeclararam LGBT+ assumem o compromisso com a bandeira do movimento LGBT+ e sua agenda de lutas e reivindicações, como o ex- deputado federal Clodovil Hernandes (PTC-SP) tendo seu mandato entre 2007 – 2009 e do vereador de Caruaru (PE) Jailton Oliveira Batista, popularmente conhecido como Jajá (PSDC-PE) que teve seu mandato entre os anos de 2013-2017. Outrossim, existe uma nítida separação entre movimento LGBT+ nos partidos políticos e a mera presença de pessoas LGBT+, visto que:

[...]o Movimento LGBT é composto por pessoas que construíram suas identidades a partir de suas trajetórias individuais no âmbito do ativismo e organizam sua vida partidária em torno das lutas pela promoção da equidade de gênero e do reconhecimento da diversidade sexual. Esse recorte é necessário por entender que as identidades políticas LGBT se sobressaem às meras orientações sexuais e identidades de gênero, que, mesmo rompendo com a heterossexualidade dominante, não significam a politização explícita da sexualidade e do corpo. Para ilustrar essa distinção, lembro a figura do Deputado Federal Jean Wyllys (eleito pelo PSOL/RJ), publicamente reconhecido pelo seu ativismo parlamentar em torno das agendas de

direitos humanos e cidadania LGBT, e do estilista e apresentador Clodovil Hernandes, 4 eleito para a Câmara Federal pelo Partido Trabalhista Cristão de São Paulo (PTC/SP) que se opunha às reivindicações clássicas do Movimento LGBT brasileiro. (Pereira, 2017, p. 124-125).

As colocações postas neste trabalho não são o conluo de uma pesquisa, mas abertura de categorias de análise acerca de um tema pouco debatido dentro da sociologia dos movimentos sociais, ainda que a mesma muito se debruce sobre a relação entre movimentos sociais e partidos políticos, o foco no movimento LGBT+ ainda permanece na margem da academia, tendo diversos pontos, relações de poder, formas, recursos condições de acesso que permeiam essas candidaturas no país, não apenas isso, mas o contexto que cada candidatura carrega em sua agenda de campanha, seja aqueles mais ligados ao movimento (já demonstrado que a auto afirmação assim como a bandeira do movimento não é a força motriz para vencer um pleito eleitoral) seja aqueles que não reivindicam a agenda de lutas do movimento, ou seja, um vasto campo a ser explorado pelos pesquisadores da área.

4 CONCLUSÃO

Em conluo, o presente trabalho teve como objetivo trazer dados empíricos acerca do engajamento homossexual/LGBT+ no universo político-partidário-eleitoral, traçando as condições de emergência de candidaturas LGBT+ no país, é fato ressaltar que mesmo que o crescimento exponencial dessas candidaturas, assim como também dos incentivos governamentais durante os períodos dos governos petistas pode-se afirmar a diminuição de restrições acerca dessas candidaturas e o afinilamento da relação entre movimento LGBT+ e partidos políticos, ou seja, há de fato um aumento da visibilidade acerca das sexualidades e identidades de gênero no que tange as esferas da política institucional.

Outro fato a ser mencionado é que não se pode, no entanto, cair no essencialismo e naturalizar o crescimento das candidaturas como algo totalmente positivo, como já apontado, nem todo auto declarado LGBT+ carrega a militância política do movimento. Além desse fator, é importante ressaltar que a inclusão dos temas voltados às sexualidades ainda sofrem rechaço dentro das estruturas partidárias, além do mais, tais candidaturas, como aponta Gustavo Costa, precisam superar desafios, entre eles, construir apoio para se tornarem indivíduos engajados no ativismo, acrescento que, para além disso, é preciso levar em consideração o desenho da política institucional brasileira, para além das redes de base familiar e agrupamentos em torno de alavancar determinada candidatura, onde muitas das vezes a ideologia partidária torna-se

coadjuvante se pensarmos em contextos locais, visto que é a rede de alianças e as coalizões de grupos partidários que são uma das peças fundamentais do jogo político, ou seja, os recursos em torno de uma candidatura podem se tornar um fator primordial para a elegibilidade de determinado candidato.

Entretanto, não há como negar, e partir da história do movimento no país, que esse segmento da população ainda se encontra à margem da sociedade civil e também das arenas deliberativas e institucionais do poder e pleiteiam os cargos mais baixos da hierarquia partidária. Não obstante, como já apontado, a autodeclaração da orientação sexual e/ou identidade de gênero não são tão relevantes como imagina-se no senso comum para a elegibilidade de determinada candidatura, ou seja, não é um recurso motriz de capital político para um pleito eleitoral, se assim fosse, como apontado, a performance eleitoral mostrar-nos-ia outros dados.

REFERÊNCIAS

AGUIÃO, Silvia. Fazer-se no “Estado”: Uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direito no Brasil contemporâneo.

CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. Bagoas, n. 5, pp. 131-147. 2010

CRUZ, Rodrigo. Do protesto às urnas: O movimento homossexual brasileiro na transição política (1978/1982). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2015.

D’ARAÚJO, Maria Celina. A Elite Dirigente do Governo Lula. Rio de Janeiro, CPDoc/FGV. 2009

DE LA DEHESA, Rafael. El sexo y la revolución: la liberación lésbico-gay y la izquierda partidaria en Brasil. Revista de Estudios Sociales, n. 28, 2007

DE LA DEHESA, Rafael. Queering the Public Sphere in Mexico and Brazil: Sexual rights movements in emergence democracies. NC: Duke University Press, 2010.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. Bagoas, n. 4, pp. 131- 158. 2009

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual e construção de identidades coletivas em tempos de AIDS. In: UZIEL, Anna. et al. Construções de sexualidades: gênero, identidade comportamento em tempos de AIDS. Rio de Janeiro: PALLAS, 2004, p. 151-168

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: Reconstituo um histórico. Cadernos AEL, Campinas, v. 10, n. 18/19, p. 82-123, 2003.

FACCHINI, Regina. Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005

FROEMMING, Cecilia Nunes; IRINEU, Bruna Andrade; NAVAS, Kleber. Gênero e sexualidade na pauta das políticas públicas no Brasil. Revista de Políticas Públicas, número especial, pp. 161-172. 2010

GREEN, James N. “Mais amor e mais tesão”: A construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. Cadernos pagu, Campinas, n. 15, p. 271-295, 2015.

GREEN, James Naylor. Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do Século XX. São Paulo: UNESP, 2000.

GREEN, James Naylor. More love and more desire: the building of a brazilian movement. In: ADAM, B. D.; DUYVENDAK, J. W.; KROUWEL, A. The global emergence of gay and lesbian politics: national imprints of a worldwide movement. Philadelphia: Temple University Press, p. 91- -109. 1998.

GREEN, James; QUINALHA, Renan (orgs.). Ditadura e Homossexualidades: Repressão, resistência e a busca da verdade. São Paulo: EDUFSCAR, 2014

IRINEU, Bruna Andrade. 10 anos do Programa Brasil Sem Homofobia: notas críticas. Temporais, v. 14, n. 28, p. 193-220, 2014.

JESUS, Leonardo. O Arco-íris da Realidade: Movimento LGBTQ+, Partidos Políticos e Oportunidades Políticas. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2024.

MACRAE, E. O Militante Homossexual no Brasil da Abertura. 1985. 218 f. Tese (Doutorado em antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

MACRAE, Edward. A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MACRAE, Edward. A construção da igualdade-política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”. Salvador: EDUFBA, 2018.

MACRAE, Edward. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da “Abertura”. In: GREEN, James N. *et al.* (org.). História do Movimento LGBTQ no Brasil. São Paulo: Alameda Editorial, 2018

MACHADO, Frederico Viana; RODRIGUES, Cristiano Santos. Movimentos negro e LGBTQ no Governo Lula: desafios da institucionalização segmentada. In: MACHADO, Frederico Viana;

MASSOLA, Gustavo Martineli; RIBEIRO, Maria Auxiliadora Teixeira (orgs.) Estado, ambiente e movimentos sociais. Florianópolis: Edições do Bosque, 2015. p. 22-45.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. Por onde andam as políticas públicas para a População LGBT no Brasil. *Sociedade e Estado*, v. 27, n. 2, p. 289-312, 2012.

PARKER, Richard. Abaixo do Equador: Culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PARKER, Richard. Masculinity, Femininity and Homosexuality: on the anthropological interpretation of sexual meanings in Brazil. *Journal Of Homosexuality*, v. 11, n.3/4, p. 155-163, 1985.

PEREIRA, C. F. Movimento LGBT e Partidos Políticos: construindo uma agenda de pesquisas. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 121–132, 2017.

PEREIRA, Matheus Mazzilli. Oportunidades políticas em um presidencialismo de coalizão. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. São Paulo, p. (217-252), dez, 2018.

QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: A ditadura e a repressão à comunidade LGBT*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 329. 2017.

QUINALHA, Renan. *Movimento LGBTI+: Uma breve história do século XIX aos nossos dias*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

QUINALHA, Renan. *Uma ditadura hetero-militar: Notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro*. In: GREEN, James N. et al. (org.). *História do*

RAMOS, Sílvia; CARRARA, Sérgio. A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. *Physis*, v. 16, n. 2, p. 185-205, 2006.

GREEN, James N. et al. *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda Editorial, 2018

QUINALHA, Renan. *Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro*. In: GREEN, James N. *et al.* (org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda Editorial, 2018

RIOS PETRARCA, F. A luta contra a Aids: Uma causa, múltiplos saberes. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 12, n. 23, p. 91–114, 2015.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Diversidade sexual, partidos políticos e eleições no Brasil contemporâneo. *Revista Brasileira de Ciência Política*. São Paulo, n.21, set-dez. 2016, pp. 147-186.

SIMÕES, Júlio; FACCHINI, Regina. Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

TREVISAN, João Silvério. Devassos no Paraíso- A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4º ed. São Paulo: Editora Objetiva, 2018.